

HOSPITAL DAS FORCAS ARMADAS

Termo de Referência 608/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
608/2025	112408-HOSPITAL DAS FORCAS ARMADAS	MAURO JOSE ALVES FANTAGUCCI	28/10/2025 14:12 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	298/2025	60550022375202592

1. 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 60550022375202592)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços técnicos especializados em manutenção e reparos de maquinários de lavanderia, para execução de manutenção preventiva e corretiva, com aplicação de peças e serviços especializados quando necessário, calibração, testes de desempenho e segurança, treinamento de operadores e apoio ao gerenciamento dos maquinários de lavanderia, assessoria, consultoria e serviços de elaboração de projetos específicos na área hospitalar para o hospital das forças armadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo e seus anexos, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Especificações	Und	CATSER	Qtd	Valor Unitário Mensal	Valor Total Anual	Valor Total Quinquenal
	1	Serviços de manutenção permanente, preventiva e corretiva em 29 (vinte e nove) equipamentos, sendo divididos em 07 (sete) máquinas de lavar – BAUMER-CASTANHO, 04 (quatro) secadores centrífugos pendulares de 50 kg – BAUMER-CASTANHO, 02 (dois) secadores centrífugos pendulares de 100 kg – BAUMER-CASTANHO, 07 (sete) secadores condicionadores de roupa - BAUMER-CASTANHO, 03 (três) calandras – BAUMER-	MÊS	3557	60	R\$ 18.000,00	R\$ 216.000,00	R\$ 1.080.000,00

1	CASTANHO, 03 (três) máquinas de costura reta Mil Special, 01 (uma) máquina de costura overlock marca Kingtex, 01 (uma) máquina de costura overlock marca Daewoo e 01 (uma) tesoura elétrica de 04 polegadas marca K., conforme legislação vigente, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Termo de Referência.						
	2	Fornecimento e aplicação de peças /acessórios novos e originais do fabricante, sob demanda. (Valor de Referência Fixo: R\$ 10,00) - MAIOR DESCONTO NA TABELA DO FABRICANTE SOBRE O VALOR DE REFERÊNCIA (VALOR MENSAL: R\$ 20.240,00).	UND	402800	121.440	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
VALOR TOTAL							R\$ 1.380.000,00

1.1.1. A última renovação de contratação dos itens 1 e 2 ocorreram no ano de 2025, visando manter os maquinários da lavanderia deste nosocômio em plena atividade funcional. Os itens solicitados são de extrema importância para segurança de pacientes e profissionais no asseio de leitos de enfermarias e demais instalações que se utilizam de enxovais de roupas de camas e vestimentas funcionais durante a realização de atividades laborais.

1.1.2. AGRUPAMENTO DE ITENS EM GRUPO

1.1.2.1. Os itens 1 e 2 do presente Termo serão agrupados, tendo em vista que os serviços e fornecimento de peças serão executados pela mesma contratada concomitante com a manutenção preventiva, o que justifica o agrupamento dos itens.

1.1.3. A empresa deverá ser especializada para prestar serviços de manutenção permanente, preventiva e corretiva, com substituição de peças em caso de necessidade, sendo que o fornecimento de peças em caso de necessidade, terá seu valor pago sob demanda.

1.1.3.1. Equipamentos / Prazos, conforme abaixo:

1.1.3.2. 07 (sete) máquinas de lavar – BAUMER-CASTANHO;

1.1.3.3. 04 (quatro) secadores centrífugos pendulares de 50 kg – BAUMER-CASTANHO;

1.1.3.4. 02 (dois) secadores centrífugos pendulares de 100 kg – BAUMER-CASTANHO;

1.1.3.5. 07 (sete) secadores condicionadores de roupa - BAUMER-CASTANHO;

1.1.3.6. 03 (três) calandras – BAUMER-CASTANHO;

1.1.3.7. 03 (três) máquinas de costura reta MilSpecial;

1.1.3.8. 01 (uma) máquina de costura overlock marca Kingtex;

1.1.3.9. 01 (uma) máquina de costura overlock marca Daewoo; e

1.1.3.10. 01 (uma) máquina de cortar tecidos da marca "K".

1.1.3.11. A manutenção preventiva de todos os itens relacionados, deverá ser realizada a cada 15 dias, totalizando 24 visitas/ano.

1.1.3.12. A manutenção corretiva é realizada quando constatada a necessidade, bem como a substituição de peças.

1.1.4.Descritivo dos equipamentos:

Tipo - Modelo	Quantidade	Marca	Nº de série - patrimônio
Máquina de lavar - STERILAV - LLS 100 - Capacidade 100 kg	05	Castanho BAUMER	Nº de Série: 753008 – Nº Patrimonial: 3495884 Nº de Série: 753009 – Nº Patrimonial: 3495885 Nº de Série: 753010 – Nº Patrimonial: 3495886 Nº de Série: 753011 – Nº Patrimonial: 3495887 Nº de Série: 753012 – Nº Patrimonial: 3495888
Máquina de lavar - STERILAV - LLS 50 - Capacidade 50 kg	02		Nº de Série: 753005 – Nº Patrimonial: 3495910 Nº de Série: 753004 – Nº Patrimonial: 3495911
Centrífuga para roupas - LE 100 - Capacidade 100 kg	02		Nº de Série: 850005 – Nº Patrimonial: 3495918 Nº de Série: 850006 – Nº Patrimonial: 3495919
Centrífuga para roupas - LE 50 - Capacidade 50 kg	04		Nº de Série: 751047 – Nº Patrimonial: 3495914 Nº de Série: 751048 – Nº Patrimonial: 3495915 Nº de Série: 751049 – Nº Patrimonial: 3495916 Nº de Série: 751050 – Nº Patrimonial: 3495917
			Nº de Série: 782003 – Nº Patrimonial: 3495923 Nº de Série: 782004 – Nº Patrimonial: 3495924

Secador Horizontal - LS 50 - Capacidade 50 kg	06		Nº de Série: 782005 – Nº Patrimonial: 3495925 Nº de Série: 782006 – Nº Patrimonial: 3495926 Nº de Série: 781050 – Nº Patrimonial: 3495921 Nº de Série: 781051 – Nº Patrimonial: 3495920
Secador Horizontal - LS 22 - Capacidade 22 kg	01		Nº de Série: 752181 – Nº Patrimonial: 3495922
Calandra Monoroll - LCM 60 V	03		Nº de Série: 794003 - Nº Patrimonial: 3495879 Nº de Série: 794004 - Nº Patrimonial: 3495880 Nº de Série: 794005 - Nº Patrimonial: 3495881 Nº de Série: 794006 - Nº Patrimonial: 3495882
Máquina de costura reta - MIL 6150	03	MilSpecial	Nº Patrimonial: 3496045 Nº Patrimonial: 3496046 Nº Patrimonial: 3496047
Máquina de costura overlock - SH 6005	01	Kingtex	Nº Patrimonial: 3495912
Máquina de costura overlock – DCO-045	01	Daewoo	Nº Patrimonial: 3496034
Máquina de cortar tecidos – modelo ZC160-M	01	"K"	Nº Patrimonial: 3496034

1.1.4. 1. Relação de Peças (Estimativa baseada no Contrato atual) para manutenções preventivas e corretivas, referentes ao item 2 da tabela acima.

1.1.4.2. As estimativas de peças foram realizadas com base no histórico de peças substituídas no contrato de manutenção vigente, no período de 01 (um)ano.

1.1.4.3. Poderá haver a necessidade de troca de outras peças não listadas, bem como adaptações e serviços de revitalização que não constam desta relação, que deverão ser informadas ao gestor do contrato para aprovação.

1.1.4.4. Lavadora de 100 kg (LLS-100-M) - Para 05 (cinco) equipamentos:

ITEM	DESCRIÇÃO	LLS-100 M	QTD
1	Correia em "V" A-55	44384	60

2	Correia em "V" A-92	94113	90
3	Conjunto de mancal central	93933	1
4	Rolamento (mancal)	92388	10
5	Retentor	44097	30
6	Bucha de fixação	92389	10
7	Rolamento (eixo intermediário)	94099	10
8	Mancal	46542	2
9	Lona do freio	45374	5
10	Nível de água	44099	5
11	Termômetro	96335	1
12	Guarnição do dreno	48765	5
13	Motor	94092	1
14	Chave liga / desliga	45495	5
15	Botão do alarme	95158	5
16	Contator	47925	5
17	Protetor térmico 220 V	47570	1
18	Protetor térmico 380 V	47571	3
19	Alarme	85287	5
20	Sinalizador (verde)	92594	5
21	Sinalizador (vermelho)	92593	5

22	Micro switch (freio)	94195	3
23	Timer elétrico	96330	2
24	Microswitch da porta	45480	3
25	Mancal	92290	1
26	Tampa do mancal	93929	1
27	Guarnição em U (p/ m)	107777	26
28	Polia central	94409	1
29	Polia do eixo	94084	2
30	Polia do motor	46783	1
31	Mola alavanca	43646	5
32	Cj. T do dreno	48762	2
33	Fim de curso	43381	2

1.1.4.5. Lavadora de 50 kg (LLS-50-M) - Para 02 (dois) equipamentos:

ITEM	DESCRIÇÃO	LLS-50-M	QTD
1	Correia em "V" A-64	43373	12
2	Correia em "V" A-80	43375	18
3	Rolamento (mancal)	92388	2
4	Retentor	44097	9
5	Bucha de fixação	92389	2
6	Rolamento (polia intermediária)	43374	2
7	Rolamento (polia intermediária)	44169	2

8	Lona do freio	45374	2
9	Nível de água	44099	2
10	Termômetro	96335	1
11	Guarnição do dreno	48765	2
12	Motor	44102	1
13	Chave liga / desliga	45495	2
14	Botão do alarme	95158	2
15	Contator	479212	2
16	Protetor térmico 220 V	47571	1
17	Protetor térmico 380 V	47847	2
18	Alarme	85287	2
19	Sinalizador (verde)	92594	2
20	Sinalizador (vermelho)	92593	2
21	Micro switch (freio)	94195	2
22	Timer elétrico	96330	1
23	Microswitch da porta	45480	2
24	Manca	92290	1
25	Tampa do mancal	93929	1
26	Guarnição em U (p/ m)	107777	10
27	Polia central	31049	1

28	Polia do eixo	31059	1
29	Mola alavanca	43646	2
30	Cj. T do dreno	48762	1
31	Fim de curso	43381	1

1.1.4.6. Centrífuga 50 kg (LE-50-M) - para 04 (quatro) equipamentos:

ITEM	DESCRIÇÃO	LLS-50-M	QTD
1	Retentor	46940	4
2	Retentor	46926	4
3	Rolamento (polia fricção)	45204	4
4	Rolamento 51407	45214	4
5	Rolamento 6308	46925	4
6	Rolamento O 45 mm	45203	4
7	Correia em "V"	46954	36
8	Sapata do freio	45216	2
9	Lona sapata	45374	16
10	Castanhas polia fricção	97905	32
11	Chave simples	92643	4
12	Cj. polia de fricção	31266	1
13	Mancal	97614	1
14	Tampa do mancal	46923	1
15	Guarnição da tampa	97313	12

1.1.4.7. Centrífuga 100 kg (LE-100-M) - Para 02 (dois) equipamentos:

ITEM	DESCRIÇÃO	LLS-50-M	QTD
1	Retentor	42846	2
2	Retentor	97661	2
3	Rolamento (polia fricção)	45208	2
4	Rolamento 51408	45215	2
5	Rolamento O 50 mm	45213	2
6	Correia em "V"	94730	18
7	Rolamento	45209	2
8	Rolamento	43379	2
9	Rolamento	47340	2
10	Sapata do freio	45217	1
11	Lona sapata	44708	8
12	Castanhas polia fricção	70316	24
13	Chave simples	92643	2
14	Cj. polia de fricção	91311	1
15	Mancal	31063	1
16	Polia motor	31066	1
17	Tampa do mancal	-	1
18	Guarnição da tampa	97313	6

1.1.4.8. Secadora 50 kg (LS-50-V) - Para 06 (seis) equipamentos:

ITEM	DESCRIÇÃO	LLS-50-M	QTD
1	Contador 9 A	47916	6
2	Rolamento mancal	90226	3
3	Rolamento polia intermediária	44169	3
4	Rolamento polia intermediária	45204	3
5	Rolamento	43585	3
6	Rolamento	45094	3
7	Rolamento	45431	3
8	Rolamento	44169	3
9	Correia superior	46770	12
10	Correia inferior	43373	12
11	Roda de apoio do cesto	91616	12
12	Sensor de temperatura	98527	12
13	Controlador de tempo e temperatura	98516	3
14	Vidro da porta	97921	3
15	Borracha do vidro da porta (p/m)	101465	6
16	Trinco da porta	98493	2
17	Protetor térmico (380 v)	47813	3
18	Protetor térmico (380 v)	47847	3
19	Rotor do exaustor	94488	1

20	Etiqueta do painel	98522	1
21	Motor dupla ponta de eixo	97348	1
22	Motor do exaustor	45114	1
23	Mancal	90223	2
24	Guarnição	94010	12
25	Filtro Y	45062	3
26	Purgador termodinâmico	45078	6
27	Trocador de calor	60424	1
28	Válvula solenóide	97017	6

1.1.4.9. Secadora 22 Kg (LS-22-V) - Para 01 (um) Equipamento:

ITEM	DESCRIÇÃO	LLS-50-M	QTD
1	Rolamento polia intermediaria	43588	1
2	Rolamento mancal	43585	2
3	Correia A-46	43613	3
4	Correia A-60	43612	3
5	Termostato e temporizador digital	98516	1
6	Motor cesto	94484	1
7	Contator 9 A	47916	1
8	Relé térmico 380 v	96319	1
9	Relé térmico 220 v	96318	1

10	Sensor termopar “J”	98527	1
11	Válvula solenóide ¾” NF	97017	1
12	Purgador ½”	45078	1
13	Filtro ½”	45062	1
14	Mancal intermediário	97909	1

1.1.4.10. Calandra (CM 60-V-3) - Para 03 (três) Equipamentos:

ITEM	DESCRIÇÃO	LLS-50-M	QTD
1	Revestimento Bidim (kit)	97033	9
2	Revestimento feltro (kit)	95952	2
3	Lona passadora mista 200 mm (kit)	101953	2
4	Lona passadora polyest. 200 mm (kit)	97947	6
5	Lona transportadora 80 mm (p/ m)	101276	390
6	Lona alimentadora 40 mm (p/ m)	100663	320
7	Adesivo silicone	3003-0	6
8	Válvula solenóide 1/8” Ar NF	45163	3
9	Válvula solenóide 1/8” Ar NA	47690	3
10	Micro switch do painel de segurança	45480	3
11	Mancal rolos auxiliares	90009	1
12	Mancal rolo compressor	97729	1
13	Mancal rolo transportador	92763	1
14	Cilindro pneumático	97402	1

15	Graxa starplex 2 (mancal central)	98310	2
16	Bucha do mancal	94698	2
17	Retentor	81233	12
18	Potenciômetro	98304	2
19	Conj. Filtro de Ar	45558	2
20	Moto redutor 1,5CV 220/380 V	98036	1
21	Correia dentada variador velocidade	90013	3
22	União rotativa	90011	2
23	Manômetro 0 a 150 PSI	45105	2
24	Mangote vapor 1"	92092	6
25	Mangote condensado	92091	6
26	Válvula alívio segurança	99929	2
27	Rolamento	94099	3
28	Rolamento	44697	3
29	Purgador de bóia	82949	1
30	Contator	47916	3
31	Protetor térmico	47571	3
32	Anel separador lonas	93790	2

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se estende por mais de um exercício financeiro e a interrupção do contrato poderia comprometer a continuidade de atividades essenciais, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000008/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 25/04/2025;

III) Id do item no PCA: 1121 e 1122;

IV) Classe/Grupo: 872 e 6150 - SERVIÇOS DE REPARO DE OUTROS BENS e EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA;

V) Identificador da Futura Contratação: 112408-298/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSID

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Em atendimento às normas constantes no “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis”, da CGU/AGU, Lei nº. 12.349, de 2010; Decreto nº. 7.746, de 5 de junho de 2012; Decreto nº. 7.404, de 23 de dezembro de 2010; Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 01, de 19 de janeiro de 2010; Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010; Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, as empresas fornecedoras deverão observar as seguintes medidas mitigadoras dos eventuais impactos ambientais negativos advindos da futura aquisição:

4.1.1.1. que os materiais utilizados na execução dos serviços sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.1.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.1.3. que os materiais devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.1.4. e que os materiais utilizados na execução dos serviços não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

4.1.1.5. No caso de exercício de atividade de comércio, distribuição, armazenamento, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos (produtos para a saúde):

4.1.1.5.1. Autorização de funcionamento (AFE) vigente emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA. Caso a licitante seja dispensado da AFE, deverá apresentar documento de comprovação da dispensa.

4.1.1.5.2. Licença sanitária estadual ou municipal vigente, nos termos do art. 21 da Lei n.º 5.991/1973. Caso o licitante seja dispensado da licença, deverá apresentar documento de comprovação.

4.1.1.6. Cabe esclarecer que, embora prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), o Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) ainda se encontra em fase de elaboração, motivo pelo qual os critérios de sustentabilidade estão sendo avaliados conforme os parâmetros disponíveis até o momento.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação de marcas compatíveis com os equipamentos. Característica (s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

4.2.1.1. Empresas autorizadas utilizam exclusivamente peças originais, com procedência garantida. Além disso, têm acesso a atualizações de software, boletins técnicos e eventuais campanhas de recall do fabricante, assegurando que o equipamento opere sempre com a melhor performance.

4.2.1.2. Responsabilidade técnica e jurídica

4.2.1.2.1. Em caso de falhas ou intercorrências, a rastreabilidade de manutenção por assistência autorizada proporciona respaldo jurídico, isentando a instituição de responsabilidade direta e comprovando que as boas práticas de manutenção foram adotadas.

4.2.1.3. Maximização da vida útil do equipamento

4.2.1.3.1. A manutenção feita de acordo com os padrões de fábrica prolonga a vida útil do equipamento, reduzindo a necessidade de substituições precoces e otimizando o investimento institucional.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **anual** da contratação.

4.5. Em caso de opção pelo seguro - garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5.1. A apólice de seguro - garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.5.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.5.3. A apólice de seguro - garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.5.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro - garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.6. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.7. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.8.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.8.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.8.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.9. Em caso de seguro - garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.10. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.12. A extinção da garantia na modalidade seguro - garantia observará a regulamentação da Susep.

4.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.14. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.15. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.16. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **08** horas às **12** horas.

4.17. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.18. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.19. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.20. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 16/01/2026, tendo em vista o término da vigência do contrato 01/2026.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3. A contratação terá vigência de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 10 (dez) anos, na forma do art. 75, da Lei 14.133/21. Na presente contratação não haverá necessidade de promover transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5.1.4. As possíveis prorrogações contratuais estarão condicionadas aos seguinte requisitos:

5.1.4.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

5.1.4.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

5.1.4.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

5.1.4.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a LAVANDERIA/HFA mantém interesse na realização do serviço;

5.1.4.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso;

5.1.4.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

5.1.4.7. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação qualificação exigidas no processo de contratação.

5.1.5. As manutenções preventivas e corretivas deverão ser realizadas de acordo com as recomendações dos fabricantes, utilizando-se de ferramentas e materiais condizentes, respeitando ainda as recomendações contidas nas normas ABNT.

5.1.6. As qualificações de desempenho devem atender rigorosamente às regulamentações previstas nas normas da ABNT atinentes à manutenção de equipamentos de maquinários de Lavanderia industrial.

5.1.7. A Empresa contratada deverá prestar manutenção preventiva de acordo com o previsto nos manuais dos equipamentos, obedecendo um calendário de manutenção preventiva aprovado pela contratante, bem como a manutenção corretiva tantas vezes quando necessário e que vigorará até o final da contratação dos serviços. A manutenção nos equipamentos constará de verificação do perfeito funcionamento do sistema operacional, observando se há necessidade de troca de peças no fim de vida útil, de modo a prevenir possíveis defeitos;

5.1.8. Todos os materiais de consumo necessários à execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva serão fornecidos pela CONTRATADA;

5.1.9. As peças utilizadas em substituição serão do mesmo fabricante genuínas e sem uso. Excepcionalmente admitir-se-á a utilização de peças similares às existentes, ouvida previamente a

FISCALIZAÇÃO DA CONTRATANTE.

5.1.10. Os equipamentos que se apresentam sem condições atuais de uso deverão ser consertados com a colocação das peças que estejam faltando.

5.1.11. A empresa contratada deverá incluir na manutenção a reposição de peças novas e originais com preços praticados de balcão da empresa, os quais deverão ser compatíveis com a realidade do mercado local.

5.1.11.1. Caso haja necessidade de substituição de peças ou componentes, a contratada deverá comprovar ao fiscal do contrato, por meio de relatório técnico a necessidade da(s) substituição (s) e o valor da(s) peça (s) a ser (em) substituída (s). A substituição apenas ocorrerá mediante autorização prévia da unidade à qual pertence o equipamento, em conjunto, com o fiscal do contrato.

5.1.11.2. O fiscal da contratação deverá diligenciar à confirmação se os preços das peças a serem trocadas e/ou fornecidas estão condizentes com o comércio local, por meio de pesquisa de preços.

5.1.11.3. As peças substituídas serão devolvidas para o fiscal do contrato, que após verificação, entregará a contratada que ficará responsável pelo descarte do material.

5.1.12. Caso seja necessário realizar os serviços de manutenção corretiva em oficinas próprias, a remoção dos equipamentos ou partes desses só poderá ser feita mediante Termo de Cautela assinado por servidor da unidade e pelo técnico da empresa. Nesse caso, as partes e/ ou equipamentos removidos deverão ser devolvidos à respectiva unidade e a CONTRATADA deverá montar o equipamento e deixá-lo em condições normais de funcionamento, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas. Despesas de transporte, seguro e embalagem ficarão por conta da contratada.

5.1.13. Não haverá limites para o número de atendimentos prestados para manutenção corretiva. Todos os atendimentos preventivos e corretivos devem estar incluídos no valor mensal, sem cobrança de horas extras.

5.1.14. As especificações dos serviços, a serem contratados, de manutenção preventiva e corretiva com troca de peças serão de acordo com as especificações técnicas dos manuais dos equipamentos, constantes na lista de equipamentos deste TR.

5.2. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

5.2.1. Entende-se por manutenção preventiva aquela que tem por finalidade executar qualquer serviço que envolva limpeza, calibração, ajustes, testes e revisões que visem evitar a ocorrência de quebras ou defeitos, bem como garantir o contínuo e perfeito funcionamento com segurança dos equipamentos, dentro das condições operacionais especificadas pelo fabricante dos mesmos. A manutenção preventiva será efetivada pela licitante vencedora, de segunda a sexta-feira, no horário do expediente da Contratante, e será realizada mensalmente, conforme cronograma a ser estabelecido entre as partes.

5.2.2. Dessa forma, o planejamento da manutenção preventiva visa preservar e aumentar a confiabilidade nos equipamentos, substituindo os componentes desgastados antes que eles realmente falhem. As atividades de manutenção preventiva incluem verificações de máquinas, dispositivos e ferramentas, alterações parciais ou totais em cada peça, mudanças de óleo, lubrificações e demais tarefas.

5.3. MANUTENÇÃO CORRETIVA

5.3.1 Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a eliminar defeitos decorrentes do uso normal dos equipamentos, recolocando o equipamento defeituoso em perfeitas condições de uso, compreendendo inclusive as necessárias substituições de peças e componentes, ajuste e reparos, testes de calibração, de acordo com manuais e normas técnicas específicas, limpeza e aspiração na parte interna dos equipamentos;

5.3.2. A manutenção corretiva será realizada nos equipamentos que apresentarem defeitos, mediante abertura de chamado técnico por parte da Contratante, com a finalidade de recolocá-los em perfeitas condições de uso, em conformidade com o estabelecido em Contrato e pelos manuais e normas técnicas específicas.

Local e horário da prestação dos serviços

5.4. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: **12408 - HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS:** Setor HFA - Sudoeste - Brasília/DF - CEP: 70673-900, LAVANDERIA do HFA (Térreo).

5.5. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.6. Os serviços poderão ser prestados a qualquer momento do dia, tendo em vista que o serviço funciona de forma ininterrupta.

Rotinas a serem cumpridas

5.6.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.6.1.1. Os registros referentes às intervenções técnicas realizadas em cada equipamento devem ser repassadas ao responsável pela LAVANDERIA para arquivamento e controle periódico de manutenções dos equipamentos, contendo, no mínimo, a data da intervenção; a identificação do equipamento; o local de instalação; a descrição do problema detectado e nome do responsável pela identificação do problema; descrição do serviço realizado, incluindo informações sobre as peças trocadas; resultados da avaliação dos parâmetros físicos realizados após a intervenção e complementados com indicadores químicos ou biológicos, quando indicados; nome do profissional que acompanhou a intervenção e do técnico que executou o procedimento, com a respectiva, calibração.

5.6.1.2. Deverá ser elaborada pela empresa prestadora do serviço, em conjunto com a LAVANDERIA, uma programação de manutenções preventivas para os equipamentos e um relatório de manutenção para cada equipamento, contendo:

- a) a especificação do equipamento e qualquer alteração subsequente;
- b) a localização e a identificação dos equipamentos;
- c) a documentação para demonstrar o atendimento das especificações de segurança;
- d) as instruções de operação;
- e) a justificativa de qualquer modificação realizada nos equipamentos;
- f) a descrição das falhas encontradas nos equipamentos e como elas foram corrigidas;
- g) a documentação que demonstre o atendimento aos procedimentos de manutenção orientados pelos fabricantes dos equipamentos.

5.6.1.3. Os procedimentos de manutenção e a frequência com que cada tarefa é realizada devem ser baseados nas recomendações dadas pelo fabricante, no uso dos equipamentos e nas considerações de segurança.

5.6.1.4. A segurança e funcionalidade dos equipamentos devem ser checadas após os procedimentos de manutenção.

5.6.1.5. Os serviços deverão ser executados por meio de suporte técnico com equipe formada por Profissionais indicados pelo fabricante.

5.6.1.6. A prestação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e as qualificações dos equipamentos, deverá ser executada, sempre por intermédio de funcionários da contratada, técnicos e engenheiros, previamente treinados, devendo a prestadora do serviço indicar o responsável técnico devidamente registrado no CREA, todos, portando cartão de identificação funcional, a fim de preservar a segurança, sendo vedados os reparos, ajustes ou medidas similares, ainda que urgentes feitos por outra pessoa física ou jurídica;

5.6.1.7. As manutenções preventivas serão realizadas mensalmente, sendo que a primeira deverá ocorrer imediatamente após a ASSINATURA do CONTRATO;

5.6.1.8. As manutenções corretivas deverão ser executadas conforme a demanda, sempre que solicitado pela LAVANDERIA.

5.6.1.9. As qualificações de desempenho deverão ocorrer anualmente, de acordo com especificação e instruções técnicas do fabricante e deverão atender às exigências e às normas da ABNT vigentes, em programação acertada em comum acordo entre a LAVANDERIA e a Contratada.

5.6.1.10. Os resultados dos ensaios devem ser impressos, assinados pelo ART da empresa e pelo profissional que executou o serviço, devendo possuir as informações rastreáveis dos padrões utilizados. Os resultados impressos devem ser entregues em pasta própria à LAVANDERIA para armazenamento junto aos equipamentos. É estimada 01 (uma) calibração anual para cada um dos equipamentos especificados.

5.6.1.11. A calibração dos instrumentos deverá ocorrer anualmente de acordo com especificação e instruções técnicas do fabricante e deve atender às normas da ABNT vigentes, em programação acertada e acordada entre a LAVANDERIA e a Contratada. Deverá ser executada conforme as exigências da norma ABNT e determinações do fabricante. Caso a calibração não esteja dentro dos valores corretos, será de responsabilidade da contratada realizar a devida manutenção corretiva para ajuste dos valores. Os resultados destes ensaios devem ser impressos, assinados pelo ART da empresa contratada e pelo profissional que executou o serviço, devendo possuir as informações rastreáveis dos padrões utilizados. O resultado impresso deve ser impresso e entregue à LAVANDERIA para armazenamento junto aos equipamentos.

5.6.1.12. Os serviços que por ventura forem mal executados terão que ser corrigidos e quaisquer despesas deverão ser custeadas pela empresa prestadora do serviço.

5.6.1.13. As peças e/ou componentes com defeitos deverão ser substituídas por outras peças dentro das especificações técnicas do modelo do equipamento em questão, visando garantir as características funcionais do equipamento devendo ser originais ou homologadas pelo fabricante.

5.6.1.14. O fornecimento de peças será executado sob demanda.

5.6.1.15. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a aplicação de peças para execução de Manutenções Preventivas e Corretivas em Maquinários da Lavanderia dispostos neste ETP ou Termo de Referência, utilizando para isso o valor previsto para emprego de peças eventuais, conforme pactuado neste Documento;

5.6.1.16. A aplicação de peças deverá ser formalmente aprovada pela CONTRATANTE.

5.6.1.17. As peças deverão ser aplicadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados a partir da aprovação pela CONTRATANTE;

5.6.1.18. O pagamento do Valor de Aplicação de Peças, será efetuado mensalmente, somente após efetivo emprego de peça, no valor referente ao total de peças aplicadas no mês junto à respectiva Ordem de Serviço, mediante apresentação à CONTRATANTE, de respectivo relatório de aplicações do mês, e após o devido atesto deste pela CONTRATANTE.

5.6.1.19. O valor de Aplicação de Peças deverá ser faturado mensalmente, em conjunto ao Valor Mensal do Serviço, através de NOTA FISCAL DE SERVIÇO única para cada mês. A Aplicação de Peças nunca será considerada pela CONTRATANTE como aquisição de material, devido à natureza do objeto contratado, que trata-se exclusivamente de serviço de manutenção com inclusão de peças e como tal deverá sempre ser faturado pela CONTRATADA através de NOTA FISCAL DE SERVIÇO.

5.6.1.20. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a prestação de garantia total, de no mínimo 03 meses, para toda e qualquer peça aplicada para execução de Manutenção em Maquinários de Lavanderia dispostos neste ETP, a contar da data de aplicação da peça.

5.6.1.21. As chamadas de emergência serão efetuadas pela LAVANDERIA que estarão responsáveis pelo acompanhamento / fiscalização dos serviços com o objetivo de subsidiar o Fiscal de Contrato quanto ao conhecimento técnico;

5.6.1.22. A empresa deverá fornecer o número de telefone de plantão para finais de semana, feriados e período noturno à LAVANDERIA e à DHH;

5.6.1.23. Sempre que solicitado, a empresa prestadora do serviço deverá fornecer a comprovação da procedência das peças e componentes utilizados nos serviços objeto do contrato;

5.6.1.24. Deverão ser cumpridos os seguintes prazos mediante abertura de chamado:

a) Resposta telefônica do especialista: prazo máximo de 01 hora;

b) Apresentação Presencial (Engenheiro, Tecnólogo ou Técnico): prazo máximo de 04 horas para o caso de indisponibilidade de um equipamento;

c) Apresentação Presencial (Engenheiro, Tecnólogo ou Técnico): prazo máximo de 02 horas para o caso de indisponibilidade de dois equipamentos;

5.6.1.25. Caso os serviços não sejam solucionados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da hora do efetivo atendimento, o valor de manutenção do equipamento deverá ser suspenso do valor final do contrato, até que o equipamento defeituoso retorne em perfeitas condições de funcionamento. A Contratada poderá apresentar justificativa protocolada junto ao gestor do contrato para que o mesmo possa avaliar a aplicação ou não da glosa.

5.6.1.26. A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo.

5.6.1.27. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

5.6.1.28. O atesto dos serviços executados está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista no Termo de Referência e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber.

5.6.1.29. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6.1.30. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

5.6.1.31. A emissão da Nota Fiscal deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços.

5.6.1.32. O pagamento das manutenções preventivas e corretivas será executado mensalmente, através de NOTA FISCAL DE SERVIÇO, única para cada mês, discriminando O VALOR GLOBAL MENSAL DO SERVIÇO, constituído pela parcela do VALOR MENSAL DO SERVIÇO e pelo VALOR TOTAL MENSAL DA APLICAÇÃO DE PEÇAS.

5.6.1.33. O pagamento referente às peças aplicadas será variável, conforme a demanda., devendo ser apresentada junto à nota fiscal, a ordem de serviço discriminativa do serviço executado.

5.6.1.34. A CONTRATADA deverá elaborar treinamentos operacionais para os usuários da CONTRATANTE relacionados aos Equipamentos de Lavanderia disposto neste ETP e Termo de Referência, abordando instruções operacionais, princípios de funcionamento, montagem do equipamento e acessórios, limpeza e desinfecção, solução de problemas etc. O treinamento deverá ser realizado semestralmente.

5.6.1.35. Quando a CONTRATADA julgar pertinente a Solicitação de Inativação de Equipamento de Lavanderia disposto neste ETP ou no Termo de Referência, esta deverá emitir Laudo Técnico para a CONTRATANTE.

Materiais a serem disponibilizados

5.7. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.8. Não se aplica.

Especificação da garantia do serviço

5.9. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo **03 (TRÊS)** meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.10. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.11. *Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto, durante o período em que não houver maquinários que necessitem de manutenção no local.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o ateste de notas fiscais e livro de fiscalização.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (DEZ) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de 30 (trinta) dias.

7.9. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.9.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético - profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.25.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.25.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.36. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 16/01/2027.

7.37. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.38. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.39. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.40. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.41. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.42. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.43. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **2% (DOIS por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (DEZ)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (CINCO por cento)** a **10% (DEZ por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5% (CINCO por cento)** a **10% (DEZ por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (CINCO por cento)** a **10% (DEZ por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (CINCO por cento)** a **10% (DEZ por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (CINCO por cento)** a **10% (DEZ por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO DO GRUPO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO .

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.13. Por se tratar de estabelecimento sob vigilância e controle sanitário nos termos do Art. 12, § 2º da Lei nº 7.110, de 10 de fevereiro de 1999, a empresa deverá apresentar Alvará de Funcionamento Sanitário.
- 9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo** de 10% (dez por cento) **[definir percentual, limitado a 10%]** do **[valor total estimado da contratação]**

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação ;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.32.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico - Operacional

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.33.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 02 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.33.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico - operacional, a uma única contratação.

9.33.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.33.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município de Brasília - DF, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

Qualificação Técnico - Profissional

9.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.36. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.37. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.39. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.44. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.44.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.44.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.44.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.44.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.44.5. A comprovação de integração das respectivas quotas - partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.44.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.44.6.1. ata de fundação;

9.44.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.44.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.44.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.44.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.44.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.44.6.7. última auditoria contábil - financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 1.380.000,00 (um milhão, trezentos e oitenta mil reais), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**:

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 112408;

II) Fonte de recursos: 1005000142 e 1005000144;

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Natureza da despesa: 339030 e 339039 ;

V) Tipo de Ação: Atividade

VI) PTRES: 215845 e 216820

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Brasília, 17 de Setembro de 2025.

MAURO JOSÉ ALVES FANTAGUCCI - 2º Ten QAO Adm G

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Requisitante

EVERTON DUTRA ROCHA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 28/10/2025 às 13:50:36.

JOAO GERALDO MENDES RODRIGUES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 28/10/2025 às 14:12:30.

Despacho: Fiscal Administrativo

MAURO JOSE ALVES FANTAGUCCI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 28/10/2025 às 13:43:36.